

ANÁLISE SEMIÓTICA DE UM TEXTO KAINGANG

Marcelo Pinho De Valhery Jolkesky (PPGEL - UEL)

Resumo: Este artigo apresenta uma leitura narrativo-discursiva, sob a perspectiva da semiótica greimassiana, de um texto kaingang – *Kanhgág ù kãme*. Através da dissecação de sua estrutura nas dimensões actancial, temporal e espacial, da descrição dos seus percursos temático-figurativos e da análise de seus programas narrativos e percursos gerativos de sentido, pôde-se identificar: (i) uma isotopia política, baseada nas oposições /submissão vs autoridade/ e homologada pelos semas /desterro vs território/ e outra cultural, baseada nas oposições /ignorância vs sabedoria/ e homologada pelos semas /comunicação vs isolamento/; (ii) paixões depreendidas da disjunção dos sujeitos-destinatários com seus objetos-valores, como o receio e a ambição, ou da sua conjunção, como a confiança e a soberba; (iii) manipulações por sedução e tentação e (iv) debreagens de 1º e 2º graus e embreagens de 1º grau.

Palavras-chave: análise discursiva, língua kaingang, semiótica

1. INTRODUÇÃO

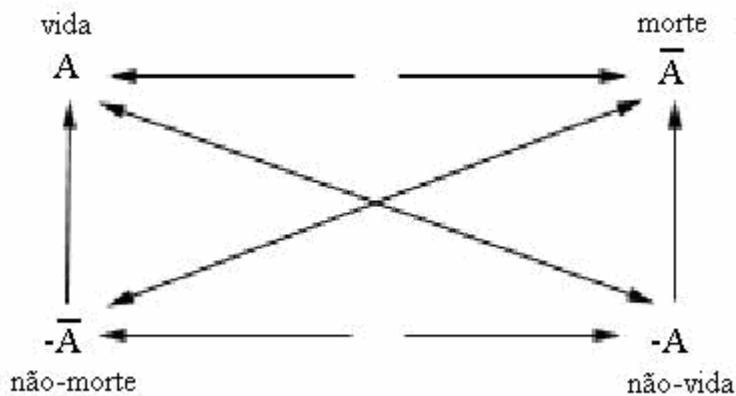
Neste trabalho apliquei a teoria greimassiana num texto kaingang – língua jê, de tradição oral, falada em cerca de 30 áreas distribuídas pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em §1.1 retomo as origens da semiótica greimassiana e alguns de seus conceitos e propriedades fundamentais. Em §1.2 apresento sua teoria, que explica – sob vieses semântico e sintático – como se estruturam os percursos gerativos de sentido nos textos. Em §2 analiso minuciosamente as estruturas discursivas e semionarrativas de “*Kanhgág ù kãme*”, texto extraído da coletânea *Kanhgág si kãme* (Silveira, 1997) e em §3 exponho minhas considerações finais.

1.1. Semiótica greimassiana: origens e princípios

A semiótica greimassiana, também chamada semiótica gerativa, fundamenta-se na lingüística estrutural de Saussure, na semiologia de Barthes e na glossemática de Hjelmslev, assim como a partir das formulações de Propp e Lévi-Strauss sobre a organização da narrativa em textos míticos e folclóricos. Caracteriza-se como uma teoria da significação, não se preocupando com o signo propriamente dito.

Partindo de princípios, como o que determina o conteúdo pelas diferenças (Saussure, 1970: 139), o que prevê a linguagem como processo, e não como estado (Chomsky), e o que a divide em dois planos – conteúdo e expressão – (Hjelmslev, 1975: 51), Greimas, em sua obra *Sémantique structurale*, propõe um modelo para analisar e explicitar as estruturas significativas que compõem o *percurso gerativo* do sentido nos discursos. Nesta obra, Greimas estabelece os três princípios que embasam a análise semiótica: (i) o da *imanência*, segundo o qual todo

elemento condensa em si qualidades intrínsecas – características que existem independentemente de se manifestarem fenomenologicamente; (ii) o da *estrutura*, segundo o qual o universo – uma “sopa” caótica de informações difusas, divergentes, desconexas – só pode ser concatenado com logicidade através de simulacros figurativizados da realidade, configurados em axiologias elementares (ex.: /vida/ vs /morte/). É a partir destas oposições, que mantêm uma relação de contrariedade e pressuposição recíproca, que se fundamenta o quadrado semiótico (veja Figura 1); e (iii) o da *isotopia*, segundo o qual os textos reiteram determinadas categorias semânticas (temáticas ou figurativas), que orientam a leitura e reforçam seu conteúdo, evitando ambigüidades. Estas propriedades permitem que a interpretação da estrutura e conteúdo de um texto se sustente dentro de seu próprio plano de expressão (Fiorin, 1995a).



(Figura 1: representação da axiologia /vida/ vs /morte/ no quadrado semiótico: as linhas bidirecionais contínuas representam uma relação de contradição, as bidirecionais tracejadas uma relação de contrariedade e as linhas unidirecionais uma relação de complementaridade.)

Logo, a semiótica greimassiana considera o texto como a manifestação de um “micro-universo semântico” dotado de significação própria, cujo entendimento independe de fatores extratextuais (históricos, autorais, etc). Neste sentido, o conceito de texto para a semiótica é bem mais amplo do que os tradicionalmente determinados – abarca textos escritos, falados, visuais (pinturas), melódicos (sinfonias), gestuais (coreografias), plásticos (esculturas), etc, ou mesmo combinações destes (filmes, canções, etc) (Mello, 2004: 124-125).

1.2. O percurso gerativo

Segundo Greimas (apud Fiorin, 1995b), o *percurso gerativo* do sentido nos textos estaria dividido em três níveis: fundamental, narrativo e discursivo, cada qual com uma sintaxe e semântica próprias.

1.2.1. O nível fundamental

No *nível fundamental* articulam-se as categorias semânticas inscritas nos quadrados semióticos. A combinação das relações de identidade e alteridade ali figuradas constitui o modelo a partir do qual se geram as significações mais complexas da textualização. Ainda neste nível aplica-se a noção de *timia* (euforia vs disforia) sobre cada uma dessas categorias – uma axiologia que define valores positivos e negativos, desejados e temidos, proibidos e devidos, etc. Por exemplo, a categoria semântica /natureza/ vs /civilização/ apresentará possivelmente valores opostos nos discursos de um ecologista e de um industrial (Fiorin, 1990, p.20).

1.2.2. O nível narrativo

No *nível narrativo* revelam-se as transformações lineares de estado orientadas pelos “atores” do texto. Aqui surgem os papéis actanciais de *sujeito* e *objeto* (com relações conjuntivas ou disjuntivas), assim como os de *destinador* e *destinatário* (com relações fiduciárias ou polêmicas). O *destinador* é o doador de valores da narrativa e o instaurador de seu(s) objeto(s) e sujeito(s). Neste universo, ele articula as condições que modalizam o sujeito para que este realize uma ação transformadora (Ramos, 2004:38-40).

1.2.2.1. As modalizações do sujeito

A modalização deste sujeito perpassa três etapas de existência: (i) *sujeito virtual* – o que *quer e/ou deve fazer* – e caracteriza aquele que *hipoteticamente* é candidato para realizar a ação; (ii) *sujeito atualizado* – o que *pode e sabe fazer* – e caracteriza aquele que está apto para realizar a ação, que, porém, ainda não se realizou e; (iii) *sujeito realizado* – o que executou a ação – e caracteriza o responsável pela transformação de estado na narrativa. Existe também uma quarta existência modal – o *sujeito potencializado* – o que tem uma pré-disposição para executar a ação, visto que todo actante precisa estar motivado a executar a performance (também mencionado na literatura como *sujeito ativado*) (Mello, 2004: 127-128).

1.2.2.2. O objeto

Na narrativa existem dois tipos de objeto: o objeto-modal, aqueles cuja aquisição é necessária para se realizar a performance, e o objeto-valor, aquele conquistado com a realização da performance. Assim, existem dois tipos de programas narrativos: os de base, que resumizam a realização da performance principal, e os de uso, secundários, que articulam a busca de objetos modais para a aquisição da competência do sujeito (Fiorin, 1999).

Por exemplo, numa situação onde uma mulher se submete à uma cirurgia plástica de rejuvenescimento, os temas comportam-se da seguinte forma: o sujeito destinador é uma paixão (a vaidade) que faz o sujeito-destinatário (a mulher) entrar em conjunção com um objeto-modal (a cirurgia plástica) que a capacita para entrar em conjunção com seu objeto-valor (a beleza).

1.2.2.3. A estrutura narrativa

Toda *narrativa* inicia-se com um registro enunciado de estado (ser, existir), que evolui para enunciados elementares de fazer. Cada transformação dessas representa um programa narrativo, cujos encadeamentos lógicos (em que um programa pressupõe outro) configuram-se em percursos narrativos e em seqüências narrativas. (Fiorin, 1999). Assim, a narrativa passa a ser vista como uma sucessão de estados e de transformações desencadeada por uma sucessão de estabelecimentos e rupturas de contratos entre um *destinador* e um *destinatário*.

A sintaxe narrativa engloba os sujeitos e as quatro etapas que integram o esquema narrativo: a manipulação (*fazer-fazer*), a competência (*saber-fazer*), a performance (*fazer-ser*) e a sanção.

A *manipulação* – o fazer persuasivo ou o *fazer crer* do destinador – é uma força que instiga a vontade do destinatário, ou circunstancialmente o obriga, forçando-o a engajar-se numa determinada performance (*dever-fazer*), que impulsiona o programa narrativo. Pode assumir quatro formas principais: a tentação, a intimidação, a provocação e a sedução. Para que a manipulação ocorra, o sujeito destinatário precisa crer nos valores apresentados pelo destinador, i.e., depende de seu fazer interpretativo, que acarreta numa aceitação (relação fiduciária) ou rompimento (relação polêmica) do contrato proposto. Este fazer interpretativo depende das *modalidades veridictórias* da imanência (*ser*) e da manifestação (*parecer-ser*), que se articulam nas vertentes *verdade, falsidade, segredo e mentira*. Neste contrato, o objeto-valor representa um dos componentes essenciais e aparece como a projeção sintagmática da estrutura contratual (Mello, 2004:132-139).

A *competência* é fundamentada por uma hierarquia de modalidades – um *querer-fazer* ou *dever-fazer* – que rege um *poder-fazer* e um *saber-fazer*, fatores indispensáveis para a execução da performance (Cardin, 2004: 171-173).

A *performance* ocorre quando o sujeito estiver integralmente modalizado, e representa uma ação transformadora da qual se derivam novos “estados de coisas”, nos quais se conquistaram valores cognitivos e/ou pragmáticos (Cardin, 2004: 173-174).

A *sanção*, figura que descreve um julgamento da performance – quando positiva, revela seu sucesso, quando negativa, aponta para uma falha na sua execução. Toda sanção permite restabelecer o equilíbrio narrativo rompido pela performance. Ela pode ser cognitiva, quando o destinador-julgador expressa sua consideração sobre a operação realizada em relação à ação prevista (p.ex. através de um agradecimento ou xingamento) ou pragmática, quando o destinador-julgador – adotando a função de sujeito-actante – procede com uma premiação ou um castigo (Cardin, 2004: 174-175; Barros, 2001: 39-41).

1.2.2.4. O estudo das paixões

Em virtude desse tipo de abordagem – a investigação das relações actanciais entre destinador e destinatário, das modalizações do fazer, dos tipos de manipulação e sanção, das organizações sintáticas e do processamento dos percursos no interior de um esquema narrativo – Greimas e Fontanille passaram, a partir de “*Semiótica das paixões*”, a aprofundar-se nos estudos de estados complexos derivados de relações intermodais. Segundo estes autores, é a partir desses arranjos intermodais que surgem as paixões ou “estados de alma”. Entretanto, dado que o mesmo arranjo modal pode produzir diferentes efeitos passionais, faz-se necessário um rastreamento de seus percursos gerativos e uma investigação paralela sobre as relações actanciais do discurso, dos programas e dos percursos narrativos para que suas sutilezas e traços distintivos sejam devidamente comprovados (Mello, 2004: 139-140; Mello, 2005: 49-52).

1.2.3. O nível discursivo

No nível discursivo estuda-se a projeção da enunciação no discurso e suas estratégias ilusórias ou persuasivas para promover nele um efeito de realidade ou falsidade. Aqui os sujeitos estão figurativizados, i.e., têm nomes e estão instaurados num determinado tempo e espaço, onde os acontecimentos do nível narrativo acontecem. As idéias abstratas nele veiculadas – hostilidade, ingenuidade, privação, etc. – são revestidas com elementos concretos que representam coisas, atitudes e qualidades no mundo natural, perceptíveis pelos sentidos.

O objetivo da análise discursiva é pois identificar no texto as *figuras* e suas trajetórias sintetizadas em *temas* e descrever as relações estabelecidas entre eles (diferenças, semelhanças, oposições). Temas encerram conceitos abstratos (filosóficos, ideológicos) que interpretam, categorizam e ordenam a realidade percebida pelos sentidos. As figuras, por outro lado, representam os elementos – coisas, pessoas, lugares, datas e fatos concretizados no discurso. Através da sintaxe analisam-se as figuras, classificadas em três eixos: actancial, temporal e espacial, enquanto que a semântica examina os temas e suas relações com as figuras (Cardin, 2004: 28-31; Fiorin, 1995b: 168-170).

1.2.3.1. As marcas da enunciação

A enunciação, explica Barros (2003), caracteriza-se como a instância de mediação entre estruturas narrativas e discursivas, e pode ser reconstruída sobretudo a partir das “marcas” deixadas no discurso. Tais “marcas” ou projeções da enunciação fundamentam a análise dos mecanismos utilizados pelo enunciador para provocar os efeitos de sentido desejados. Ele, em contrapartida, como responsável pela produção do enunciado, está sempre implícito e pressuposto. Tais mecanismos teriam, em última análise, a finalidade de criar uma ilusão de verdade. Através das marcas que a enunciação deixa no discurso, aquela pode estabelecer com este uma relação de aproximação ou de afastamento, correspondentes aos efeitos de sentido de subjetividade e de objetividade. Existem duas estratégias para o enunciador criar estes efeitos de verossimilhança e realizar um simulacro: através das *debreagem* e das *embreagens*.

1.2.3.1.1. Debreagem

A *debreagem* expulsa da instância de enunciação a pessoa, o espaço e o tempo do enunciado, projetando para fora categorias semânticas que vão instaurar um universo de sentido – um não-eu, um não-aqui e um não-agora – diferentes do eu-aqui-agora inerentes ao enunciador (Fiorin, 1996:43-44).

A *debreagem enunciativa* ocorre quando o enunciador provoca um efeito de aproximação à instância da enunciação, manifestando-se em primeira pessoa e simulando uma atuação num tempo e espaço presentes (Tatit, 2002:203). Em outras palavras, a enunciação instaura-se pelo eu, aqui e agora. Este efeito de proximidade é utilizado quando se pretende “temperar” de subjetividade o texto, imprimindo uma visão pessoal sobre os fatos vividos ou narrados. É o caso das autobiografias e diálogos (Fiorin, 1996:45).

A *debreagem enunciva* ocorre quando o enunciador instaura no discurso figuras do enunciado, i.e., quando refere-se a outrens, alhures e outrora. (Fiorin, 1996:44-45). Este distan-

ciamento é usado quando se pretende fabricar uma ilusão de objetividade, comum, por exemplo, nos textos jornalísticos.

Os efeitos de *realidade* ou de *referente* são ilusões discursivas que acarretam uma interpretação dos fatos contados como “verdadeiramente ocorridos”. Eles são conseguidos através de uma série de debreagens internas, quando, por exemplo, no interior do texto, cede-se a palavra aos interlocutores, que se expressam em discurso direto. O efeito de referente ocorre freqüentemente em textos jornalísticos quando se quer reproduzir a fala de algum entrevistado, colocada entre aspas, eximindo qualquer responsabilidade desta por parte do redator. A ancoragem – ligação de elementos textuais a seus referentes externos, como locais, nomes e datas – também é um recurso muito usado na literatura com o intuito de produzir efeitos de ilusão de referente ou de realidade (Barros, 2003).

1.2.3.1.2. Embreagem

A embreagem é o efeito de retorno à instância da enunciação, através da neutralização das categorias de pessoa, tempo e/ou espaço. Assim, pela embreagem, obtém-se um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação. Portanto, para toda embreagem está pressuposta uma debreagem (Bertrand, 2003:90-92).

2. ANÁLISE

O texto escolhido – *Kanhgág ã kãme* – centra-se na figura de um kaingang que gostaria muito de falar português. Num primeiro momento, ele tenta recriar na comunidade uma festa tradicional dos não-índios, procurando convencê-los de que detém conhecimentos daquela cultura. Num segundo momento, quando um não-indígena passa a morar nas redondezas, os kaingang ficam receosos de sua presença e pretendem expulsá-lo. É então que aquele kaingang, simulando uma competência, instaura-se como porta-voz da comunidade, atuando da forma esperada por todos.

2.1. Segmentação textual

Nesta análise adotei a proposta de Greimas para segmentar a narrativa baseando-se nas figuras actanciais, espaciais e temporais – estratégia que permite desmembrá-la em seus percursos gerativos de sentido e perceber as distintas modalizações do ser/parecer e do fazer de seus sujeitos, assim como as suas relações eufóricas/disfóricas.

2.2. Estrutura discursiva

A estrutura discursiva compreende três subcomponentes da discursivização: atores, tempos e espaços. Cada um deles será abordado sob aspectos semânticos e sintáticos.

2.2.1. Semântica discursiva

2.2.1.1. Actorização

Os atores são constituídos a partir da junção de seus papéis temáticos (que definem seu vínculo a um percurso figurativo) com seus papéis actanciais (que definem sua posição dentro dos programas narrativos). Os atores (A) do texto em análise estão figurativizados em:

(A₁) o kaingang – manifesta-se inicialmente como sujeito-virtual do /não-poder-fazer/ e do /querer-saber-fazer/. Em vista disso, assume papel actancial de destinador-manipulador (fazer-creer-ser) para em fim adquirir status de sujeito-atualizado do fazer (poder-fazer) em virtude de uma sanção cognitiva positiva de A₂.

(A₂) a comunidade indígena – manifesta-se como objeto-modal e sujeito-destinatário do /creer-saber/, o que a “capacita” como sujeito-julgador e destinador de A₁ para que este realize a performance de expulsão de A₅.

(A₃) a comunidade não-indígena – comporta-se como sujeito-destinador-manipulador de A₁, configurado pelas modalizações do /fazer-querer-fazer/ e do /fazer-fazer-creer-ser/.

(A₄) a moça não-indígena – comporta-se unicamente como objeto-modal que instaura A₁ como sujeito do /saber-fazer/ e do /poder-fazer/.

(A₅) o homem não-indígena – comporta-se unicamente como objeto-modal que instaura A₂ como destinador /fazer-fazer/ e A₁ como destinatário /dever-fazer/.

2.2.1.2. Temporalização

O tempo (T) no texto segmenta-se em seis partes, articuladas por três momentos (M): a festa não-indígena (M₁), a aparição de um homem não-indígena (M₂) e o diálogo com o homem não-indígena (M₃):

(T₁) antes de M₁ – período introdutório que marca a estabilização do contrato C₁ entre A₃ (destinador) e A₁ (destinatário), pelo qual a linguagem dos não-indígenas assume papel de objeto-valor para A₁. Revela também que as atitudes de A₁ estão vinculadas a um pré-contato com A₃.

(T₂) durante M₁ – período no qual A₁ realiza uma performance manipuladora, a partir da qual se formaliza um novo contrato (C₂), agora entre A₁ (destinador) e A₂ (destinatário), em que a festa não-indígena assume papel de objeto-modal para A₁ e de objeto-valor para A₂.

(T₃) depois de M₁ e antes de M₂ – período em que A₁ adquire, aos olhos de A₂, status de sujeito atualizado, com relação a C₁.

(T₄) durante M₂ – período em que se estabelece um novo contrato C₃ entre A₅ (destinador) e A₂ (destinatário), em que a terra assume papel de objeto-valor em disjunção para A₂.

(T₅) depois de M₂ e antes de M₃ – período em que se estabelece um novo contrato (C₄) entre A₂ (agora como destinador) e A₁ (destinatário), em que A₁ aparece como único sujeito potencializado para a realização da performance que culminará na anulação de C₃.

